

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA

ALINE ALVES SOUSA

**O TRABALHO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS
HOSPITALARES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

GOIÂNIA
2023

ALINE ALVES SOUSA

**O TRABALHO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS
HOSPITALARES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Orientador: Prof. Ms. Mardônio Pereira da Silva

GOIÂNIA
2023

ALINE ALVES SOUSA

**O TRABALHO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS
HOSPITALARES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, Escola de Formação de Professores E Humanidades da Universidade Católica de Goiás.

Prof. Mardônio Pereira da Silva

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Prof.^a. Marcia Helena dos Santos Curado

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Goiânia, 2023

A todos os que lutam por uma educação de
qualidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, desejo expressar minha sincera gratidão a Deus, por guiar e iluminar meu caminho durante os momentos mais desafiadores da minha vida. Em especial a minha avó e ao meu namorado, Mateus, agradeço de coração por sempre me apoiarem e manterem a chama da esperança acesa dentro de mim, mesmo quando eu mesma não conseguia enxergar. Sou profundamente grata pelos conselhos e palavras de encorajamento que me ajudaram a crescer. Vocês são verdadeiramente uma bênção em minha vida.

Aos meus familiares, quero expressar minha gratidão pelo amor e apoio incondicional que sempre me concederam. Cada um de vocês tem um lugar especial em meu coração e valorizo muito o carinho que recebo de todos.

Gostaria de expressar minha gratidão aos colegas que viraram meus amigos, quero levar cada um em meu coração. Esses quatro anos foram amenizados e tornados mais agradáveis graças a companhia de vocês durante os semestres compartilhados juntos. Agradeço profundamente pelo afeto e incentivo que me concederam ao longo dessa jornada. Independentemente das diferentes trajetórias que tomarmos, torço pelo sucesso de cada um de vocês.

E ao meu orientador, Professor Mardônio Pereira da Silva, gostaria de agradecer por todo o suporte e disposição que me foi concedido durante este processo. Sua atenção e entusiasmo foram cruciais para tornar essa jornada tão agradável e proveitosa. Obrigada por me ajudar a superar meus medos e incentivar minha busca por conhecimento. Você será sempre uma grande referência em minha trajetória acadêmica.

O TRABALHO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS HOSPITALARES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Aline Alves Sousa

RESUMO: Este trabalho visa compreender que a pedagogia hospitalar é um movimento que existe no Brasil desde a década de 50 e pretende proporcionar educação e continuidade de escolarização para crianças e adolescentes hospitalizados. É reconhecido pela legislação brasileira como um direito das crianças e adolescentes hospitalizados. A pedagogia hospitalar é uma das modalidades ou especializações do próprio conceito de Pedagogia. A pedagogia busca entender como as pessoas aprendem e como os processos educativos podem ser mais eficazes e significativos. Ela procura desenvolver teorias e práticas que ajudem a criar um ambiente de aprendizagem adequado e que estimule o desenvolvimento integral do indivíduo.

Palavras-chave: Pedagogia, Classe Hospitalar, Pedagogia Hospitalar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
Capítulo I - O conceito de pedagogia e o surgimento da pedagogia hospitalar	10
1.1 O que é pedagogia?.....	10
1.2 O surgimento da pedagogia hospitalar na Europa.....	14
Capítulo II - A chegada da Pedagogia Hospitalar no Brasil	18
2.1 A legislação da pedagogia hospitalar no Brasil.....	20
2.2 A prática docente no meio hospitalar.....	23
Capítulo III - Formação de professores para a pedagogia hospitalar	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender que a pedagogia hospitalar é uma área da educação cujo objetivo é oferecer educação e assistência pedagógica para crianças e adolescentes hospitalizados, garantindo a continuidade de seus estudos e promovendo o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais. O objetivo principal é minimizar as consequências negativas da hospitalização na vida educacional das crianças e adolescentes, além de proporcionar a elas uma experiência educacional e socialmente significativa durante esse período difícil.

A pedagogia hospitalar é reconhecida pela legislação brasileira como um direito das crianças e adolescentes hospitalizados, e é um campo em constante evolução, com aprimoramentos constantes na maneira como a assistência pedagógica é oferecida dentro do ambiente hospitalar.

O pedagogo ocupa um amplo espaço na organização do trabalho pedagógico, sendo um articulador no processo de formação cultural que se dá no interior da escola ou em outros ambientes educacionais. Sua presença é fundamental na organização das práticas pedagógicas e conseqüentemente na efetivação das propostas, visto que essas propostas são um conjunto de ideias, ações e estratégias que orientam o trabalho dos pedagogos em relação ao ensino e à aprendizagem dos alunos.

A formação profissional para os professores que trabalham em classes hospitalares exige o reconhecimento e afirmação de um campo do saber que seja essencialmente multidisciplinar, considerando a complexidade e diversidade de demandas envolvidas nesse ambiente.

Além disso, é importante destacar que o trabalho do pedagogo na pedagogia hospitalar não deve estar limitado ao currículo escolar tradicional, que muitas vezes não é adequado para o ambiente hospitalar. É necessário que o pedagogo desenvolva estratégias pedagógicas flexíveis, que possam ser adaptadas às necessidades e condições de cada paciente.

Este trabalho está organizado em 3 capítulos. O primeiro foi apresentado com o título "O conceito de pedagogia e o surgimento da pedagogia hospitalar" será feita uma contextualização histórica, destacando algumas questões econômicas, políticas e culturais. No segundo capítulo irá ser apresentado "A chegada da Pedagogia Hospitalar no Brasil", "A legislação da pedagogia hospitalar no Brasil" e "A prática docente

no meio hospitalar”. Por fim, no terceiro capítulo irá ser proposto a “Formação de professores para a pedagogia hospitalar”.

CAPÍTULO I

O CONCEITO DE PEDAGOGIA E O SURGIMENTO DA PEDAGOGIA HOSPITALAR

A pedagogia hospitalar é uma das modalidades ou especializações do próprio conceito de Pedagogia. Desta forma, para compreender em toda sua extensão o trabalho do pedagogo com as crianças ou jovens que se encontram por longos períodos internados em estabelecimentos de saúde é necessário, em primeiro lugar, saber o que é pedagogia. Por outro lado, ainda neste capítulo, é preciso esclarecer como se deu o surgimento da pedagogia hospitalar e sua chegada no Brasil.

1.1 O que é pedagogia?

A palavra Pedagogia tem origem na Grécia, *paidós* (criança) e *agodé* (condução). Portanto, pedagogo significa condutor de crianças, aquele que ajuda a conduzir o ensino. A preocupação da pedagogia é encontrar formas de levar o indivíduo ao conhecimento.

A Grécia clássica pode ser considerada o berço da pedagogia, pois é na Grécia que se deu começo as primeiras ideias acerca da atuação pedagógica, ponderações que vão influenciar por muitos anos a educação e a cultura ocidental.

A Pedagogia tem como o objetivo a reflexão, classificação, a sistematização e a análise do processo educativo. O desafio dos profissionais pedagogos é manter-se atualizado sobre as novas tecnologias e objetivos do ensino e desenvolver práticas pedagógicas competentes.

A educação é uma parte importante para a vida em sociedade, ela vai existir enquanto houver humanos na Terra. Sem a educação não seria possível aquisição e socialização da cultura. Desta forma, afirma Luzuriaga

Educação é parte integrante, essencial, da vida do homem e da sociedade, e existe desde quando há seres humanos sobre a terra. A educação é componente tão fundamental da cultura quanto a ciência, a arte ou a literatura. Sem a educação não seria possível aquisição e transmissão da cultura, pois pela educação é que a cultura sobrevive no espírito humano. Pedagogia é a reflexão sistemática sobre a educação, é a ciência da educação: por ela é que a ação educativa adquire unidade e elevação (LUZURIAGA, 2001, p. 88).

Ao afirmar que a educação existe desde que há seres humanos sobre a terra, destaca-se que a educação é uma prática inerente à própria natureza humana, uma vez que a aprendizagem é um processo contínuo e constante na vida das pessoas. A educação é um componente essencial da cultura, assim, a transmissão dos valores, crenças e costumes de uma sociedade é feita por meio da educação, que permite a aquisição e transmissão da cultura de geração em geração.

A pedagogia é voltada para as práticas educativas, ou seja, o “como ensinar”. As teorias estudadas na pedagogia possibilitam a compreensão de como pode ocorrer o processo de ensino aprendizagem. Assim, “É uma prática social que atua na configuração da existência humana, individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de ‘ser humano’” (LIBÂNEO, 2004, p. 30).

Portanto, a Pedagogia é um conjunto de estratégias, métodos e técnicas de ensino, para compreender a educação, o processo de ensino e a aprendizagem relacionados à administração escolar e à condução de assuntos educacionais em um determinado contexto.

O pedagogo ocupa um amplo espaço na organização do trabalho pedagógico, sendo um articulador no processo de formação cultural que se dá no interior da escola ou em outros ambientes educacionais. Sua presença é fundamental na organização das práticas pedagógicas e conseqüentemente na efetivação das propostas, visto que essas propostas são um conjunto de ideias, ações e estratégias que orientam o trabalho dos pedagogos em relação ao ensino e à aprendizagem dos alunos.

A pedagogia busca entender como as pessoas aprendem e como os processos educativos podem ser mais eficazes e significativos. Ela tem como objetivo desenvolver teorias e práticas que ajudem a criar um ambiente de aprendizagem adequado e que estimule o desenvolvimento integral do indivíduo. Sendo assim, “É importante que o professor conheça os estágios do desenvolvimento cognitivo do seu aluno, para utilizar os mecanismos educativos apropriados que promovam práticas pedagógicas estimulativas, não restritivas, adequadas ao período de amadurecimento de cada idade” (CUNHA, 2008, p.57).

O desenvolvimento cognitivo é um processo complexo que envolve a aquisição de habilidades e conhecimentos relacionados à percepção, memória, raciocínio, linguagem, entre outros aspectos. Cada fase do desenvolvimento cognitivo é caracterizada por uma série de mudanças que influenciam na forma como os alunos aprendem e se desenvolvem.

Segundo Piaget (1973, p. 76), “o desenvolvimento da criança implica numa série de estruturas construídas progressivamente através de contínua”. O sujeito é, de fato, um ser ativo que constantemente estabelece relações com o seu entorno físico e social. Através dessas relações, ele adquire conhecimento e experiências significativas para a sua vida. Esse conhecimento é obtido através de sua interação com o meio ambiente, de suas ações sobre ele e das respostas que ele recebe em troca.

Além disso, é importante notar que o conhecimento não é um processo inativo. O sujeito não é apenas um receptor passivo de informações, mas um participante ativo na construção do seu próprio conhecimento. Ele está envolvido em um sistema de relações vivenciadas e significativas que moldam sua percepção e compreensão do mundo.

É importante que o professor conheça os estágios do desenvolvimento cognitivo dos alunos para poder adequar suas práticas pedagógicas às necessidades e características de cada fase de amadurecimento. Podendo utilizar as práticas pedagógicas estimulativas, que são aquelas que buscam estimular o interesse, a curiosidade e a participação dos alunos no processo de aprendizagem.

O professor deve ser capaz de estimular o pensamento crítico e reflexivo dos alunos, incentivando-os a questionar, pesquisar e formular suas próprias ideias. O objetivo é que o aluno não apenas absorva o conhecimento apresentado pelo professor, mas também seja capaz de aplicá-lo em diferentes contextos e situações. Paulo Freire afirma que,

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que considere as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história (FREIRE, 1991, p. 16).

Para que isso aconteça, é importante que o professor crie um ambiente de aprendizagem que favoreça a participação ativa dos alunos, permitindo que eles se sintam confortáveis para expressar suas opiniões, dúvidas e questionamentos. Além disso, o professor deve estar aberto ao diálogo e à troca de ideias, valorizando as diferentes perspectivas e contribuições dos alunos. É nesta concepção que Haidt (1994, p. 61) afirma que, “Quando o professor concebe o aluno como um ser ativo, que formula ideias, desenvolve conceitos e resolve problemas de vida prática através

de sua atividade mental, construindo, assim, seu próprio conhecimento, sua relação pedagógica muda”.

Dessa forma, o processo educativo é fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos, não apenas para adquirir conhecimentos, mas também para desenvolver habilidades e atitudes que os ajudarão a se tornar indivíduos autônomos e críticos. Quando o processo educativo é significativo e enriquecedor, os alunos são incentivados a participar ativamente do processo, utilizando suas próprias experiências e conhecimentos prévios para construir novos conhecimentos.

Nesse sentido, o papel do professor é fundamental, pois é ele quem deve criar um ambiente propício para o aprendizado, oferecendo desafios e oportunidades para que os alunos possam explorar e experimentar diferentes formas de pensar e agir. Além disso, o professor deve incentivar a reflexão crítica, estimulando os alunos a questionar e analisar as informações recebidas, a fim de desenvolver sua capacidade de pensar de forma independente. Desta forma, afirma Piaget

É preciso ensinar os alunos a pensar, e é impossível aprender a pensar num regime autoritário. Pensar é procurar por si próprio, é criticar livremente e é demonstrar de forma autônoma. O pensamento supõe então o jogo livre das funções intelectuais e não o trabalho sob pressão e a repetição verbal (1998).

Quando os alunos se tornam pensadores críticos e independentes, eles são capazes de aplicar seus conhecimentos em diferentes contextos, resolvendo problemas e tomando decisões. Além disso, a autonomia e a independência permitem que os alunos se tornem mais confiantes e seguros de si, o que é fundamental para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

A pedagogia não está voltada exclusivamente para a educação formal, mas também para a educação não formal. Neste sentido, ao longo das décadas surgiram diferentes espaços em que o pedagogo pode atuar, além daquele circunscrito a sala de aula. E entre eles está a pedagogia hospitalar que é o objeto de investigação da presente pesquisa, como foi colocado na introdução do trabalho.

Assim, a educação não formal pode ser definida como a que proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em espaços como museus, centros de ciências, ou qualquer outro em que as atividades sejam desenvolvidas de forma bem direcionada, com um objetivo definido (VIEIRA, 2005, p. 21).

A educação não formal é uma modalidade de aprendizagem que ocorre fora do ambiente escolar, mas que pode complementar e expandir os conhecimentos adquiridos na escolarização formal. Ela permite uma aprendizagem mais flexível, prática e dinâmica, por meio de atividades lúdicas e experimentais. Os espaços de educação não formal são projetados para proporcionar experiências de aprendizagem significativas, com uma ampla variedade de atividades disponíveis. Neste sentido, no próximo item passaremos a investigar a pedagogia hospitalar com mais profundidade.

1.2 O surgimento da pedagogia hospitalar na Europa

A denominada “pedagogia hospitalar” parte de um conceito central: classe Hospitalar. O serviço de classe hospitalar é oferecido por profissionais da educação, como professores e pedagogos, que atuam em parceria com os profissionais da saúde, como médicos e enfermeiros. O trabalho é desenvolvido conforme as necessidades e condições de cada estudante, em um ambiente adaptado às características físicas e emocionais do paciente. Segundo Matos (2005)

A proposta do pedagogo em uma classe hospitalar é dar continuidade às atividades escolares de crianças e adolescentes, da educação infantil ao ensino fundamental, que ficam internadas por um longo período. A classe hospitalar busca recuperar a socialização desses jovens e crianças por um processo de inclusão, dando-lhe continuidade a sua aprendizagem, surgindo então, um processo educativo que propõe aos educadores novos desafios e possibilidades de construção de novos conhecimentos e atitudes (MATOS, 2005).

A classe hospitalar é uma iniciativa importante para garantir a continuidade da educação de crianças e adolescentes que, por motivos de saúde, precisam ficar internados por um longo período. Nesse sentido, o papel do pedagogo é fundamental, pois ele deve garantir que o processo de aprendizagem desses alunos seja mantido, mesmo em um ambiente hospitalar. Isso foi resultado de uma construção histórica que será analisada a seguir.

A classe hospitalar surgiu de políticas públicas e estudos originados da observação, consideração e respeito às necessidades das crianças que, devido à

problemática de saúde, requeiram hospitalização, independente do tempo de duração. Estar hospitalizado não é exclusão¹.

Por conta das limitações e impossibilidades de frequentar uma escola – e pensando na importância que esta possui para a formação da criança no sentido de desenvolver habilidades, estimular a socialização e contribuir para o processo de cidadania – é que começaram a ser criadas classes fora da escola para atender às necessidades dos alunos que eram impedidos de frequentar a instituição escolar (CAVALCANTE; GUIMARÃES; AZEVEDO, 2015, p. 3).

A criança e/ou adolescente é um cidadão com direito ao atendimento de suas necessidades e interesses, mesmo quando está doente. E é nesse contexto que o atendimento pedagógico hospitalar se torna tão importante.

O atendimento pedagógico hospitalar surgiu em meados do século XX na França, principalmente após a Segunda Guerra Mundial², no qual inúmeras crianças e adolescentes em idade escolar foram mutiladas e feridas, o que motivou a permanência delas em hospitais por longos períodos.

A partir daí, percebeu-se a necessidade de oferecer uma educação adequada e contínua para essas crianças e adolescentes, que muitas vezes ficavam afastados das atividades escolares por um longo período. Assim, o atendimento pedagógico hospitalar passou a ser oferecido, visando garantir a continuidade do processo de aprendizagem e minimizar os impactos negativos da hospitalização na vida acadêmica dos pacientes. Entende-se

[...] por Pedagogia Hospitalar, aquele ramo da Pedagogia, cujo objeto de estudo, investigação e dedicação é a situação do estudante hospitalizado, a fim de que continue progredindo na aprendizagem cultural, formativa e, muito especialmente, quanto ao modo de enfrentar a sua enfermidade, com vistas ao autocuidado e à prevenção de outras possíveis alterações na sua saúde (MATOS; MUGIATTI, 2009, p.79).

Diante dessa realidade surge então, a classe hospitalar em 1935 em Paris, criada por Henri Sellier³, no intuito de tentar amenizar as consequências da guerra e

¹ Exclusão: ato que priva ou exclui alguém de determinadas funções; exclusiva.

² A Segunda Guerra Mundial foi um conflito de proporções globais que aconteceu entre 1939 e 1945. Caracterizada como um conflito em estado de guerra total (no qual há mobilização de todos os recursos para a guerra), a Segunda Guerra Mundial fez Aliados e Eixo enfrentarem-se na Europa, África, Ásia e Oceania.

³ Henri Charles Sellier (22 de dezembro de 1883 - 24 de novembro de 1943) foi um administrador francês, planejador urbano e político socialista. Ele fez muito para desenvolver cidades-jardim na região de Paris. Ele foi Ministro da Saúde em 1936–37.

que oportunizasse a essas crianças, enquanto alunas, de prosseguir em seus estudos ali mesmo no hospital.

O atendimento pedagógico hospitalar é fundamental para garantir que as crianças e adolescentes em situação de hospitalização possam continuar aprendendo e se desenvolvendo academicamente, além de ajudá-los a lidar com o estresse e a ansiedade causados pela doença e pela internação.

Por isso, é importante que as instituições de saúde e as escolas trabalhem em conjunto para garantir que as crianças e adolescentes em situação de hospitalização tenham acesso ao atendimento pedagógico hospitalar de qualidade. Isso contribui para que esses pacientes possam ter uma vida acadêmica mais saudável e equilibrada, mesmo diante das adversidades da doença e da internação hospitalar.

A preocupação dos países em garantir o direito ao acesso à educação da criança hospitalizada decorre, entre outros documentos, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que garante o direito de acesso à educação a todos os indivíduos.

No artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é estabelecido que todo ser humano tem direito à instrução, sendo que a instrução elementar será obrigatória e gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. Essa declaração reforça a importância da educação como um direito fundamental e inalienável de todos os seres humanos, independentemente de sua condição social, econômica ou de saúde. No artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) diz que,

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1998).

A educação é fundamental para o desenvolvimento humano e social, e sua importância é reconhecida pelos grandes órgãos ao nível mundial, como a ONU. Isso porque a educação é um dos principais meios de combate à exclusão social e à pobreza, além de ser essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos.

Portanto, é importante que as instituições de saúde e as escolas trabalhem em conjunto para garantir o direito ao acesso à educação da criança hospitalizada,

assegurando que esses alunos possam continuar aprendendo e se desenvolvendo academicamente, mesmo diante das adversidades da doença e da internação hospitalar.

Esta preocupação com a inclusão de crianças e adolescentes em idade escolar que permanece por longos períodos internados em unidades de saúde ultrapassou os limites das fronteiras da Europa e chega também ao Brasil. No próximo capítulo nossa preocupação é esclarecer como isto aconteceu no nosso país e como a pedagogia hospitalar foi normatizada pelas autoridades educacionais brasileiras.

CAPÍTULO II

A CHEGADA DA PEDAGOGIA HOSPITALAR NO BRASIL

No Brasil, a preocupação com o atendimento educacional de crianças em instituições de saúde iniciou-se no começo do século XX. Na época, havia um evidente aumento de crianças em orfanatos e manicômios, o que se tornou uma prática comum no país. Diversos fatores contribuíram para essa situação, como o baixo poder aquisitivo dos pais, o receio de que a deficiência mental fosse contagiosa e a crença de que as anormalidades deviam ser mantidas em locais específicos.

De acordo com Oliveira (2013), o primeiro rascunho de classe hospitalar surgiu vinculado à origem do ensino especial, ainda que tenha se restringido a um grupo específico. Esse atendimento educacional ocorreu no Pavilhão-Escola Bourneville para crianças *anormais*, do Hospício Nacional de Alienados (HNA) do Rio de Janeiro, fundado em 1902. A criação do Pavilhão-Escola foi motivada por várias denúncias ao HNA por não oferecer condições mínimas de saúde e segurança para as crianças estavam internadas.

Essas crianças eram vítimas de um sistema segregatório que demonstrava um total despreparo no processo educacional e no trato com as diferenças. Ainda nesse período não se pensava em integrar as pessoas com deficiência à sociedade ou à família, muito menos incluí-las, sendo as mesmas mantidas em organizações separadas (ARAÚJO; RODRIGUES, 2020, p. 142).

Destaca-se a falta de preparo e segregação do sistema educacional em relação às crianças com deficiência nesse período em específico. Na época, não havia preocupação em incluir essas pessoas na sociedade ou na família, e elas eram mantidas em organizações separadas. Isso ressalta a importância da inclusão social e da educação inclusiva para garantir a igualdade de oportunidades para todos.

Conforme mencionado anteriormente, as crianças que eram atendidas no Pavilhão-Escola Bourneville, do Hospício Nacional de Alienados (HNA) do Rio de Janeiro, estavam sujeitas a condições inadequadas de internação. De fato, analisando pela visão atual, as condições em que essas crianças se encontravam eram desumanas.

Segundo Oliveira (2013), o Hospital Municipal de Jesus deu início às atividades da Classe Hospitalar em 14 de agosto de 1950. Na época, o hospital contava com 200

leitos e 80 crianças internadas, o que motivou o então diretor do hospital, David Pillar, a solicitar uma professora para atender às necessidades educacionais dessas crianças. Foi assim que Lecy Rittmeyer se tornou a primeira professora da Classe Hospitalar do Hospital Municipal Jesus. As aulas eram dadas individualmente, considerando o que cada criança já sabia ou o que estava aprendendo na escola antes de ser hospitalizada. A aula era preparada para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem, garantindo que essas crianças não perdessem o contato com a escola e que pudessem continuar aprendendo mesmo em situações adversas.

Ainda de acordo com Oliveira (2013), em 1958, chegou uma nova professora no Hospital Jesus, a professora Esther Lemos Zaborousky, o que melhorou significativamente a qualidade do ensino oferecido na Classe Hospitalar. Com duas professoras, foi possível ampliar a oferta de aulas e garantir um atendimento mais individualizado para cada estudante hospitalizado. Assim, as docentes passam a apoiar uma à outra e expandem a oferta de atendimento, garantindo, dessa forma, um aprimoramento no processo de ensino-aprendizagem dos menores que se encontravam em internação no Hospital Municipal de Jesus.

A partir desse momento, Oliveira (2013) relata que foram montadas salas de aula para garantir que as crianças, mesmo em período de internação, tivessem atendimento educacional em um ambiente adequado.

Segundo Araújo e Rodrigues (2020), em 1961 foi extinto o Setor de Assistência Educacional Hospitalar e criado o Setor de Ensino Especial e Supletivo. Com essa mudança, foi oficializado o atendimento a crianças hospitalizadas pela Lei de Diretrizes e Bases de 1961, em seu Título X, da Educação do Excepcional, em seus artigos 88 e 89, dispondo que:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961, p. 1).

Além desse documento, é oficializado o atendimento também pela Constituição do antigo Estado da Guanabara, dispondo em seu Capítulo II: da Educação e Cultura, no artigo 60 que: “Art. 60: A Educação dos Excepcionais será objeto de especial

cuidado e amparo do Estado, assegurada ao Deficiente a assistência educacional, domiciliar e hospitalar” (BRASIL, 1961, p. 25).

Essa mudança foi importante para consolidar o atendimento educacional no ambiente hospitalar e para garantir o direito à educação de crianças e adolescentes que estavam em situação de internação. Com a oficialização desse atendimento, foi possível ampliar as políticas públicas voltadas para a Classe Hospitalar e garantir a sua expansão para outros hospitais e regiões do país.

Com base nessa mudança na estrutura do atendimento educacional no ambiente hospitalar, pode-se observar que surgem as primeiras leis voltadas para as Classes Hospitalares. Essas leis demonstraram a preocupação do poder público da época com a educação das crianças e adolescentes internados, destacando a importância de garantir o acesso a esse direito fundamental mesmo em situações adversas.

No próximo segmento desse projeto, vamos explorar a legislação que regula o funcionamento das classes hospitalares atualmente no Brasil.

2.1 A legislação da pedagogia hospitalar no Brasil

A condição de crianças e adolescentes que passam longos períodos nos hospitais para tratamento de saúde pode resultar em graves prejuízos, como o afastamento da escola e a perda do acesso ao conteúdo curricular correspondente à sua série. Para evitar que esses pacientes fiquem prejudicados ao aprendizado formal, surgiu a Pedagogia Hospitalar, uma especialização da Pedagogia que busca atender a essas necessidades específicas. O atendimento é personalizado, adaptado à realidade de cada paciente hospitalizado. Com isso, Bittar (2001) afirma que,

O direito à educação carrega em si as características dos direitos da personalidade, ou seja, trata-se de um direito natural, imanente, absoluto, oponível erga omnes, inalienável, impenhorável, imprescritível, irrenunciável [...] não se sujeitando aos caprichos do Estado ou à vontade do legislador, pois se trata de algo ínsito à personalidade humana desenvolver, conforme a própria estrutura e constituição humana (BITTAR, 2001, p. 158).

Desse modo, a educação é um direito fundamental que está ligado à personalidade humana. Através dela, o indivíduo é capaz de desenvolver habilidades, adquirir conhecimento e crescer como ser humano. Além disso, a educação também está

relacionada à organização e às leis básicas da sociedade. Portanto, a educação traz consigo os direitos da personalidade, como a dignidade, a liberdade, a igualdade, a intimidade, entre outros, garantidos pela Constituição e devem ser respeitados em qualquer processo educacional.

Nesse sentido, Cavalcanti (1997) ressalta que,

[...] em todas as circunstâncias, o doente permanece uma pessoa cujos direitos e necessidades básicas são os mesmos que os de uma pessoa saudável. Unicamente a impossibilidade de fato pode impedir-lo de usufruir de seus direitos ou de satisfazer suas necessidades[...]. Não se pode limitar seus direitos ou suas necessidades em matéria de cultura, ou distração, devido a sua doença (CAVALCANTI, 1997, p. 6).

Em vista disso, percebe-se que o trabalho pedagógico nos hospitais é de extrema importância, pois visa oferecer atividades educativas e lúdicas que ajudam a minimizar os impactos emocionais e psicológicos devido ao período de internação. Essas ações buscam proporcionar momentos de aprendizado, descontração e recreação, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e emocional do hospitalizado. Além disso, a educação e o entretenimento podem ajudar a reduzir o estresse e a ansiedade, melhorando a qualidade de vida durante o tratamento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei n.º 8.069 de 13 de junho de 1990, estabelece uma série de garantias em relação à situação de internamento hospitalar de crianças e adolescentes. Como evidenciamos no seguinte artigo:

Artigo 57: O Poder Público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório (BRASIL, 1990, p. 11.164)

Nesse Artigo 57, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ficou estabelecido que o Poder Público deverá estimular pesquisas, experiências e novas propostas para a inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório. Essa medida é fundamental para garantir a inclusão social e educacional desses jovens, que muitas vezes são privados do acesso à escola em função de longos períodos de internação em unidades hospitalares.

O ECA, portanto, estabelece um importante compromisso do Estado em garantir o direito à educação para todas as crianças e adolescentes, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

O Plano Nacional de Educação Especial (PNEE), ressalta que:

Por meio de parceria com unidades hospitalares, o sistema educacional deve preparar adequadamente os espaços físicos, disponibilizando ambientes para o ensino e para o atendimento educacional especializado, considerando a ambiência hospitalar e as condições clínicas e psicoemocionais de cada estudante. Esses ambientes apropriados nos quais se desenvolvem as atividades da classe hospitalar devem ser vinculados a uma escola pública ou em parceria com uma escola privada. (BRASIL, 2020, p. 81).

A parceria entre o sistema educacional e os hospitais é fundamental para oferecer um ambiente propício ao ensino e atendimento educacional para alunos que se encontram hospitalizados, considerando sua situação emocional e física. As práticas pedagógicas adotadas nessas circunstâncias devem estar conectadas aos conteúdos escolares, garantindo que o aluno continue aprendendo de forma consistente.

Além disso, é importante que o atendimento seja estendido pelo tempo necessário para a recuperação do aluno. As classes hospitalares, casas de apoio ou atendimento domiciliar são alternativas viáveis para garantir a continuidade do aprendizado e a inclusão educacional de todos os alunos.

A Lei Federal n. 11.104, criada em 21 de março de 2005, reconhece a importância do brincar para as crianças e determina a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que oferecem atendimento pediátrico em regime de internação. A criação desses espaços contribui para o desenvolvimento das crianças e ajuda a tornar o ambiente hospitalar mais acolhedor e menos estressante.

Diz a lei em seus artigos:

Art.1º - Os hospitais que ofereçam atendimento pediátrico contarão, obrigatoriamente, com brinquedotecas nas suas dependências. Parágrafo único. - O disposto no caput deste artigo aplica-se a qualquer unidade de saúde que ofereça atendimento pediátrico em regime de internação. Art. 2º - Considera-se brinquedoteca, para os efeitos desta Lei, o espaço provido de brinquedos e jogos educativos, destinados a estimular as crianças e seus acompanhantes. Art. 3º - A inobservância do disposto no art. 1º desta Lei configura infração à legislação sanitária federal e sujeita seus infratores às penalidades previstas no inciso II do art. 10 da Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977 (BRASIL, 2005).

As brinquedotecas oferecem atividades lúdicas e recreativas que ajudam a minimizar os efeitos negativos da hospitalização, como a ansiedade, medo e estresse, além de proporcionar momentos de alegria e descontração. Assim, a lei torna-se fundamental para garantir o bem-estar das crianças em situação de internação e a humanização do atendimento em saúde.

Para uma criança que não pode frequentar a escola por motivos de saúde, a classe hospitalar é uma opção muito importante e eficaz. Isso ocorre porque o ensino não deve ser restrito aos muros da escola, especialmente para aqueles que já estão limitados fisicamente. A garantia do acesso à educação para aqueles que precisam passar longos períodos no hospital é um direito fundamental que deve ser assegurado.

A classe hospitalar oferece um ambiente educacional adequado e adaptado às necessidades dos alunos hospitalizados, garantindo a continuidade dos estudos e o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Além disso, o atendimento educacional em hospitais pode ajudar a minimizar o impacto negativo da hospitalização na vida escolar das crianças e jovens.

2.2 A prática docente no meio hospitalar

Segunda Nunes (2014), a Pedagogia Hospitalar é uma modalidade de ensino que visa oferecer educação para crianças e adolescentes que se encontram em internação prolongada em hospitais. Essa prática surgiu devido à necessidade desses pacientes de continuar seus estudos mesmo durante o período de internação. O professor que trabalha na Pedagogia Hospitalar atua como um agente educacional que dá continuidade ao processo de aprendizagem desses alunos, que muitas vezes precisam interromper suas atividades escolares por conta de sua enfermidade.

Dessa forma, a Pedagogia Hospitalar contribui para o desenvolvimento educacional e emocional desses pacientes, oferecendo-lhes a oportunidade de continuar aprendendo e se desenvolvendo mesmo em um ambiente de internação hospitalar.

Porém, de acordo com Tineé e Ataíde (2012)

A classe hospitalar vem com objetivo de realizar um trabalho muito mais amplo e significativo para a vida da criança hospitalizada, já que ela não se detém apenas em cumprir o currículo escolar, muitas vezes burocrático. Ela apresenta um olhar muito mais sensível sobre o

escolar hospitalizado, procurando, então, atender também as necessidades sociais e afetivas juntamente com a necessidade intelectual dessas crianças (TINEÉ; ATAIDE, 2012, p. 8).

Mediante a isso, o papel do pedagogo é de grande importância na vida das crianças internadas em hospitais, pois ele passará uma boa parte do tempo junto a elas. É fundamental que o pedagogo esteja preparado para enfrentar as dificuldades que possam surgir durante o período de internação, uma vez que as crianças hospitalizadas podem apresentar diferentes desafios, como problemas emocionais e físicos.

Além disso, é importante destacar que o trabalho do pedagogo na pedagogia hospitalar não deve estar limitado ao currículo escolar tradicional, que muitas vezes não é adequado para o ambiente hospitalar. É necessário que o pedagogo desenvolva estratégias pedagógicas flexíveis, que possam ser adaptadas às necessidades e condições de cada paciente.

Dessa forma, o pedagogo pode contribuir significativamente para o desenvolvimento educacional e emocional dessas crianças, oferecendo-lhes a oportunidade de continuar aprendendo e se desenvolvendo mesmo em um ambiente de internação hospitalar. Este é o desafio para a formação do pedagogo no trabalho em classes hospitalares. É o que veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A PEDAGOGIA HOSPITALAR

As Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia, no artigo 5º, inciso XIII, estabelecem que o trabalho do professor pode ser desenvolvido em ambientes escolares e não escolares, incluindo a Pedagogia Hospitalar. Essa abordagem busca garantir a educação de crianças e jovens que estão hospitalizados, permitindo que eles continuem seus estudos e se desenvolvam integralmente.

Além disso, a Pedagogia Hospitalar também propõe a troca de experiências e estudos entre os professores, familiares e demais profissionais da saúde, para integrar esforços e garantir o melhor atendimento às crianças e jovens hospitalizados. Essa abordagem valoriza a interação entre diferentes áreas do conhecimento, tornando a educação um processo mais efetivo e inclusivo.

Com relação aos especialistas que trabalham na área de Educação Hospitalar, estudos prévios verificam que existem,

[...] falta de [preparo] mais consistente que prepare esses professores para o ingresso na realidade hospitalar - esclarecendo suas rotinas, dinâmicas de funcionamentos e [as] especificidades dos quadros de adoecimento das crianças - é um fator que concorre negativamente para permanência ou desempenho satisfatório desses professores. [...] A formação profissional para professores e pedagogos das classes hospitalares requer o reconhecimento e a afirmação de um campo do saber essencialmente multiepistêmico (BARROS, 2007, p. 264).

A formação profissional para os professores que trabalham em classes hospitalares exige o reconhecimento e afirmação de um campo do saber que seja essencialmente multidisciplinar, considerando a complexidade e diversidade de demandas envolvidas nesse ambiente. Somente assim será possível preparar adequadamente esses profissionais para enfrentar os desafios e oportunidades da Educação Hospitalar.

O papel do pedagogo/educador na Educação Hospitalar é fundamental para garantir a continuidade do processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, mesmo diante das circunstâncias adversas decorrentes da doença/enfermidade. É preciso criar situações e espaços diversificados, orientados para promover aprendizagens significativas que possam contribuir para que a criança lide com o tempo e as situações de forma mais prazerosa e menos sofrida.

A ação do professor deve estar centrada nas demandas específicas da criança e em sua condição como um universo singular. Para isso, é necessário desenvolver uma escuta atenta e sensível que permita compreender seus sentimentos, medos e necessidades, fundamentais para sua adaptação e aceitação no ambiente hospitalar. Somente assim será possível obter o sucesso no tratamento e garantir a continuidade do processo educativo da criança, assim:

Deve-se estar atento, embora este não seja o objetivo principal do trabalho, para perceber e escutar quando as crianças expressam suas angústias, dúvidas, seus medos, pois muitas dessas questões interferem no seu desenvolvimento e no próprio processo de cura, pois além dos efeitos diretos do adoecimento, ocorrem outras respostas reativas à hospitalização (CECCIM, 1997, p. 79).

Essa escuta ativa pode contribuir para que a criança se sinta mais segura e confiante, o que pode impactar positivamente na sua recuperação e no seu processo de aprendizagem. O profissional em questão deve ter como objetivo principal uma ação educativa que vise garantir o respeito às necessidades individuais de cada aluno, além de elaborar conteúdos e planos de aula conjuntos.

A formação docente e o direito educacional são fundamentais para garantir a qualidade do ensino em ambiente hospitalar. O professor que atua nesse contexto precisa estar preparado para lidar com as particularidades desse ambiente, como a presença de equipes médicas, a necessidade de adaptação do conteúdo à condição de saúde do aluno e a importância do acompanhamento pedagógico durante todo o tratamento.

Além disso, é preciso haver um amplo conhecimento sobre os direitos educacionais desses alunos, garantindo o acesso à educação e a continuidade dos estudos durante o período de internação. É importante também que esses direitos estejam amparados por uma legislação específica, que assegure a responsabilidade do Estado em prover educação de qualidade aos alunos hospitalizados.

Sendo assim, o documento (BRASIL, 2002, p. 22), indica que:

O professor que irá atuar no hospital deverá estar capacitado para trabalhar com a diversidade humana e diferentes vivências culturais, identificando as necessidades educacionais especiais dos educandos impedidos de frequentar a escola, definindo e implantando estratégias de flexibilização e adaptação curriculares. Deverá, ainda, propor os procedimentos didático-pedagógicos e as práticas alternativas

necessárias ao processo ensino-aprendizagem dos alunos, bem como ter disponibilidade para o trabalho em equipe e o assessoramento às escolas quanto à inclusão dos educandos que estiverem afastados do sistema educacional, seja no seu retorno, seja para o seu ingresso (BRASIL, 2002, p. 22).

Portanto, é importante que o professor esteja disposto a propor procedimentos didático-pedagógicos e práticas alternativas que possam ser eficazes no processo de ensino-aprendizagem dos alunos hospitalizados. É preciso ter disponibilidade para trabalhar em equipe, atuando em conjunto com os profissionais da saúde e outros educadores envolvidos no processo.

O professor também deve estar preparado para auxiliar as escolas quanto à inclusão dos alunos que estiverem afastados do sistema educacional. É fundamental garantir que as crianças e adolescentes hospitalizados tenham acesso à educação e que sejam oferecidas atividades adaptadas às suas necessidades e capacidades. Isso pode incluir a utilização de tecnologias e recursos didáticos específicos para o ambiente hospitalar, bem como o estabelecimento de parcerias entre hospitais e escolas para garantir a continuidade do processo educacional.

Além disso, é importante que os profissionais envolvidos no processo educacional desses alunos estejam atentos às suas necessidades emocionais e psicológicas, oferecendo suporte e acolhimento para lidar com as dificuldades emocionais que podem surgir durante o tratamento.

Ao retornar à escola, é necessário garantir que o aluno tenha acesso a um ambiente acolhedor e inclusivo, que possibilite a sua reintegração social e educacional. Isso pode exigir a adoção de medidas específicas, como a implementação de adaptações curriculares e o oferecimento de suporte emocional e psicológico contínuo por parte dos profissionais envolvidos no processo educacional.

Ao abordar a pedagogia hospitalar, é fundamental considerar a importância da escuta à criança ou adolescente hospitalizado. O termo escuta pedagógica foi criado por Ricardo Burg Ceccim em 1997, ao organizar o livro "Criança Hospitalizada: atenção integral como escuta à vida", em parceria com Paulo Roberto Antonacci Carvalho.

A escuta pedagógica no âmbito da educação hospitalar tem como objetivo ouvir e compreender as necessidades e expectativas dos pacientes, para promover um ambiente educativo mais humano, sensível e acolhedor. A escuta pedagógica é uma abordagem que valoriza a singularidade de cada indivíduo e reconhece a importância da sua participação ativa no processo de cuidado e recuperação.

Quando propomos uma escuta pedagógica à criança hospitalizada, estamos propondo lançar um novo pensar à atenção de saúde da criança que está doente e que vivência a internação hospitalar. Sua vida não só continua em processo de aquisição de aprendizagens formais como tem no seu desenvolvimento intelectual um importante via de apropriação compreensiva do que lhe acontece no hospital e na estimulação cognitiva, uma instalação de desejo de vida, que pode repercutir com vontade saúde para o restabelecimento ou para a produção de modos positivos de viver, uma vez que o aprender se relaciona com a construção de si e do mundo (CECCIM *et al*, 1997, p. 76).

Sendo assim, propor uma escuta pedagógica significa oferecer uma nova perspectiva de atenção à saúde da criança que está doente e vivência a internação hospitalar. É importante entender que a vida da criança não para durante a internação e que ela continua em processo de aprendizagem formal e de desenvolvimento intelectual. A estimulação cognitiva e a aquisição de novos conhecimentos podem ser uma forma de instalar o desejo de vida e de contribuir para o restabelecimento da saúde ou para a produção de modos positivos de viver. Em outras palavras, aprender está relacionado à construção da identidade e do mundo que nos cerca, e a escuta pedagógica pode ser uma ferramenta valiosa nesse processo.

O conceito de escuta pedagógica proposto por Ceccim (1997) é um convite a um novo olhar sobre a saúde e a vida, que deve estar presente em todos os momentos. Ao diferenciar a palavra "escuta" da palavra "audição", o autor destaca que a audição se refere apenas ao órgão do sentido, ou seja, a capacidade de captar os sons. Por outro lado, a escuta envolve uma captação mais integrada e sensível das sensações do outro, que considera não apenas o que é dito, mas também o que é visto e sentido.

O termo escuta provém da psicanálise e diferencia-se da audição. Enquanto a audição se refere à apreensão/compreensão de vozes e sons audíveis, a escuta se refere à apreensão/compreensão de expectativas e sentidos, ouvindo, através das palavras, as lacunas do que é dito e os silêncios, ouvindo expressões e gestos, condutas e posturas. [...] A escuta não se limita ao campo da fala ou do falado, ao contrário, busca perscrutar os mundos interpessoais que constituem nossa subjetividade para cartografar o movimento das forças de vida que engendram nossa singularidade (CECCIM E CARVALHO, 1997, p. 31).

Assim, a escuta pedagógica é uma escuta ativa, que busca compreender as necessidades e expectativas dos pacientes para promover um ambiente educativo mais humano, sensível e acolhedor. A escuta pedagógica é uma abordagem que

reconhece a importância da participação ativa do paciente no processo de cuidado e recuperação, e valoriza a singularidade de cada indivíduo.

Nessa perspectiva, a autora Oliveira (1997) ressalta que a relação que se estabelece entre esses dois sujeitos não deve ser despersonalizada e anônima, nem infantilizante e autoritária/desqualificante. Pelo contrário, deve ser personalizada, com o reconhecimento da identidade dos sujeitos envolvidos.

O anonimato da relação profissional de saúde-paciente no ambiente hospitalar, aliado à dor, muitas vezes inevitável dos procedimentos médicos, fazem com que a criança, de uma forma mais urgente, necessite da presença amorosa e solidária dos familiares a ela ligados por laços de parentesco mais estreitos (OLIVEIRA, 1997, p. 48).

Nesse contexto, a presença amorosa e solidária dos familiares se torna ainda mais importante. Segundo Oliveira (1997), os laços de parentesco mais estreitos podem proporcionar uma conexão emocional entre a criança e as pessoas que ela conhece e confia. A presença dos pais, irmãos, avós ou outros familiares pode oferecer um suporte emocional para a criança, ajudando-a a lidar com a dor, o medo e a ansiedade que podem surgir durante o tratamento.

A formação do professor da classe hospitalar é fundamental para garantir que as crianças em tratamento hospitalar possam ter acesso à educação e desenvolvimento de suas potencialidades, mesmo em um ambiente adverso como o hospital. Essa formação assume a dimensão de uma educação inclusiva, pois deve trabalhar as potencialidades das crianças nos diferentes níveis e modalidades de educação, explorando todas as maneiras de atendimento pedagógico.

Nesse sentido, a formação do professor da classe hospitalar deve acompanhar o processo de humanização da saúde e do direito à educação para todos. É necessário que o professor tenha consciência dos direitos e das políticas públicas que garantem o acesso à educação em ambiente hospitalar, para poder atender às necessidades das crianças de forma eficaz e inclusiva.

O Conselho Nacional de Educação do Brasil, em 2001, afirmou que o trabalho em Classe Hospitalar deve ser realizado por pedagogos que possuam formação na área de Educação Especial. Além disso, o Ministério da Educação desenvolveu um documento que orienta as estratégias e práticas para atendimento pedagógico domiciliar e em ambientes hospitalares. Nesse documento, é preconizado que o professor deve ter habilidades e competências específicas para atuar nesse contexto, incluindo

a capacidade de desenvolver atividades pedagógicas adaptadas às condições de saúde e bem-estar dos alunos.

[...] deverá ter a formação pedagógica preferencialmente em Educação Especial ou em cursos de Pedagogia, ou licenciaturas, ter noções sobre as doenças e condições psicossociais vivenciadas pelos educandos e as características delas decorrentes, sejam do ponto de vista clínico, sejam do ponto de vista afetivo. Compete ao professor adequar e adaptar o ambiente às atividades e os materiais, planejar o dia a dia da turma, registrar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido (BRASIL, 2002, p. 22).

Nesse sentido, conforme o documento, o professor responsável pelo trabalho em Classe Hospitalar deve ter preferencialmente formação pedagógica em Educação Especial ou em cursos de Pedagogia, ou licenciaturas. Além disso, é importante que o professor tenha conhecimento sobre as doenças e condições psicossociais vivenciadas pelos alunos, incluindo suas características clínicas e afetivas. Compete ao professor adaptar o ambiente e os materiais para as atividades, planejar o dia a dia da turma, registrar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido. Conseqüentemente, é fundamental haver investimento contínuo na formação desse profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, analisamos as características e conceitos sobre a pedagogia e a pedagogia hospitalar. O pedagogo ocupa um amplo espaço na organização do trabalho pedagógico, sendo um articulador no processo de formação cultural que se dá no interior da escola ou em outros ambientes educacionais. Sua presença é fundamental na organização das práticas pedagógicas e conseqüentemente na efetivação das propostas, visto que essas propostas são um conjunto de ideias, ações e estratégias que orientam o trabalho dos pedagogos em relação ao ensino e à aprendizagem dos alunos.

Este trabalho foi organizado em 3 capítulos. O primeiro, apresentado com o título “O conceito de pedagogia e o surgimento da pedagogia hospitalar” foi feita uma contextualização histórica, destacando algumas questões econômicas, políticas e culturais. No segundo capítulo foi apresentado “A chegada da Pedagogia Hospitalar no Brasil”, “A legislação da pedagogia hospitalar no Brasil” e “A prática docente no meio hospitalar”. Por fim, no terceiro capítulo foi proposto “Formação de professores para a pedagogia hospitalar”, que visa ressaltar a formação docente e o direito educacional fundamental para o ensino em ambiente hospitalar.

A educação não formal é uma modalidade de aprendizagem que ocorre fora do ambiente escolar, mas que pode complementar e expandir os conhecimentos adquiridos na escolarização formal. Ela permite uma aprendizagem mais flexível, prática e dinâmica, por meio de atividades lúdicas e experimentais.

O atendimento pedagógico hospitalar é fundamental para garantir que as crianças e adolescentes em situação de hospitalização possam continuar aprendendo e se desenvolvendo academicamente, além de ajudá-los a lidar com o estresse e a ansiedade causados pela doença e pela internação.

Por isso, é importante que as instituições de saúde e as escolas trabalhem em conjunto para garantir que as crianças e adolescentes em situação de hospitalização tenham acesso ao atendimento pedagógico hospitalar de qualidade. Isso contribui para que esses pacientes possam ter uma vida acadêmica mais saudável e equilibrada, mesmo diante das adversidades da doença e da internação hospitalar.

Portanto, é fundamental que os profissionais envolvidos na pedagogia hospitalar estejam atentos às particularidades de cada criança e adolescente hospitalizado, e que busquem promover uma educação de qualidade, capaz de contribuir para o

desenvolvimento intelectual, emocional e social desses pacientes. Dessa forma, é possível garantir que esses jovens não percam o contato com a escola e com o mundo fora do hospital, que possam ter uma experiência educacional significativa mesmo em meio a um período tão difícil. A pedagogia hospitalar é um campo essencial para a educação e o bem-estar das crianças e adolescentes hospitalizados, e deve ser valorizada e incentivada em todo o país.

Eu aprendi muito com este trabalho, e mesmo tendo pesquisado bastante sobre o tema, reconheço que há muito ainda a ser investigado sobre as várias questões que envolvem a pedagogia hospitalar. A continuação das minhas pesquisas será meu próximo desafio na educação continuada ao nível de especialização, mestrado e, se Deus quiser, o doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Kathy; RODRIGUES, Janine. Pedagogia hospitalar no Brasil: breve histórico do século XX aos dias atuais. **Políticas Educativas**, Paraná, v. 14, n. 1, p. 140-148, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Poled/article/view/109584/59364>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BARROS, Alessandra Santana Soares e. Contribuições da educação profissional em saúde à formação para o trabalho em classe hospitalares. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 73, p. 257-278, set./dez. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/3848/3/015.%20pdf.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2023

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Direito e ensino jurídico**: legislação educacional. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em:

BRASIL. **Lei n. 11.104, de 21 de março de 2005**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. Brasília, DF: Casa Civil, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11104.htm. Acesso em: 11 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar – estratégias e orientações**. Brasília: MEC/SEESP, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>. Acesso em:

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE**: Política Nacional de Educação Especial - Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília: MEC/SEMESP, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/PNEE_revisao_2808.pdf. Acesso em:

CAVALCANTE, Myrian Soares de Moraes; GUIMARÃES, Valéria Maria Azevedo; ALMEIDA, Synara do Espírito Santo. Pedagogia hospitalar: histórico, papel e mediação com atividades lúdicas. In: Encontro Internacional de Formação de Professores, 8.; Fórum Permanente de Inovação Educacional, 9., 2015, Aracaju. **Anais eletrônico**

[...]. Aracajú: ENFOPE; FOPIE, 2015. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/1261>. Acesso em:

CAVALCANTI, Regina T. K. **Projeto assistência pedagógica à criança hospitalizada**. Maringá: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, 1997.

CECCIM, Ricardo Burg *et al.* Escuta pedagógica à criança hospitalizada. *In:* CECCIM, Ricardo Burg; CARVALHO, Paulo Roberto Antonacci (org.). **Criança hospitalizada: atenção integral como escuta à vida**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 79.

CECCIM, Ricardo Burg; CARVALHO, Paulo Roberto Antonacci (org.). **Criança hospitalizada: atenção integral como escuta à vida**. Porto Alegre: UFRGS, 1997

CUNHA, Antônio Eugênio. **Afeto e Aprendizagem, relação de amorosidade e saber na prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: ática, 1994.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Editora Nacional, 2001.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MATOS, E. L. M. Pedagogia hospitalar: uma possibilidade a mais. **Uninter**, 2005. Disponível em: <http://www.facinter.br/revista/numero15/artigosdeopinioao5>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, Helena de. Ouvindo a criança sobre a enfermidade e a hospitalização. *In:* CECCIM, Ricardo Burg; CARVALHO, Paulo Roberto Antonacci (org.). **Criança hospitalizada: atenção integral como escuta à vida**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

OLIVEIRA, Tyara Carvalho de. **Um breve histórico sobre as Classes Hospitalares no Brasil e no mundo**. *In:* 11º CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: EDUCERE, Curitiba, Paraná, Brasil. 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9052_5537.pdf. Acesso em: 29 abril 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: UNESCO, 1998. <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PIAGET, Jean. **Sobre a Pedagogia**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

TINÉE, Carolina Alves; ATAIDE, Sandra Patrícia. A atuação do pedagogo em classes hospitalares. **Instituição Paradigma**, 2012. Disponível em: <http://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Ed-inclusiva-10.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

VIEIRA, Valéria; BIANCONI, M. Lucia; DIAS, Monique. Espaços não-formais de ensino e o currículo de ciências. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 57, n. 4, p. 21-23, dec./2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000400014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: